

DIÁLOGOS EXTENSIONISTAS: SABERES POPULARES E PRODUÇÃO ACADÊMICA

Certamente, para a educação brasileira, um dos maiores desafios é a implementação de políticas de promoção do acesso com qualidade, capaz de atender a todos, sem qualquer tipo de discriminação, valorizando as diferenças como fator de enriquecimento do processo educacional e, conseqüentemente, transpondo barreiras para a aprendizagem e a participação com igualdade de oportunidades. Naturalmente, dar conta de uma tarefa com essas dimensões significa mobilizar conhecimentos que estão, também, para além dos muros da universidade, já que envolvem diferentes sujeitos e instituições que atuam na promoção dos direitos, como o direito à educação, à saúde, à segurança etc.

De fato, é cada vez mais manifesta a demanda por políticas públicas de inclusão social que incorporem sujeitos cuja invisibilidade, muitas vezes, acaba por deixar à margem de direitos civis, políticos, sociais e culturais. Esta é a realidade vivida por pessoas com deficiência ou por aquelas que necessitam atendimento especial, em razão de diversas situações de vulnerabilidade, como encarceramento, saúde, trabalho etc. É também a contingência daqueles que vivem discriminações em função de sua raça, sexo, condição social ou opção sexual. O processo de inclusão é complexo e exige desde políticas macroestruturais, especialmente as econômicas, até ações que impactem mentalidades e práticas sociais.

No Brasil, o campo da Educação Popular foi se constituindo através de inúmeras experiências de movimentos sociais, ocorridas em diversos espaços, para além da escola e da universidade. A cada conjuntura, as mudanças nos horizontes sociopolíticos, culturais e tecnológicos colocaram novas necessidades de aprendizagem, que mobilizaram distintos processos educativos. Esta conformação histórica é visível desde as primeiras ações de educação anarquista, nos anos de 1920/30, passando pelo período mítico dos projetos de alfabetização na década de 1960, sintetizado na obra do educador Paulo Freire, até os novos movimentos sociais do período de ressurgimento da sociedade civil na redemocratização política brasileira dos anos de 1980, chegando à segunda década dos anos 2000 marcado pela forte presença de movimentos de juventude, proclamando uma diversidade de pautas e formas de ação.

A cada conjuntura, metodologias foram desenvolvidas e aplicadas, posteriormente avaliadas e reformuladas. Nesse sentido, o país sempre foi pródigo em geração de tecnologias educacionais inovadoras para incluir sujeitos à margem das instituições tradicionais de educação, acionando e inventando técnicas educativas usadas na mediação entre educadores e educandos, que acabaram por conformar um campo complexo de experiências de educação não formal e informal, nascidas da sociedade civil, mas que atravessam o sistema oficial de ensino.

Este número da Revista Raízes e Rumos entra neste debate mostrando o quanto o campo extensionista vem se empenhando em aprofundar essa discussão, uma vez que a própria constituição das bases conceituais e filosóficas da extensão universitária é tributária desse longo diálogo entre saberes populares e acadêmicos, compreendendo, portanto, que o fim último da ação extensionista implica nesse permanente deslocamento de posições, sintetizada na máxima: ensinar aprendendo e aprender ensinando.

Diógenes Pinheiro - Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - UNIRIO